

TENSÕES E DISPUTAS ENTRE A LÍNGUA CRIOLA CABO-VERDIANA E A LÍNGUA PORTUGUESA DESDE A INDEPENDÊNCIA DE CABO VERDE¹

ARRUDA, Kelly de Aguiar²
NOGUEIRA, Gabriela Medeiros³

Resumo - O presente artigo apresenta dados de uma pesquisa realizada entre os anos de 2016 e 2018, que teve o objetivo de compreender como a Língua Crioula cabo-verdiana, considerada a língua materna, vem sendo inserida no sistema educacional de Cabo Verde e a tensão com a Língua Portuguesa, que é a língua oficial do país. Pautada na legislação, a investigação contextualiza historicamente, a constituição de Cabo Verde e da Língua Crioula cabo-verdiana, abordando as relações de diglossia e bilinguismo, ainda existentes no país, bem como, os movimentos políticos educacionais para a inserção da língua materna no sistema de ensino com vistas a sua oficialização. A discussão pautou-se nos estudos sobre o uso das línguas crioula cabo-verdiana e portuguesa em Cabo Verde sendo eles: História Geral de Cabo Verde (1991) e Barros (1939). Os dados da pesquisa indicam que apesar da Língua Crioula cabo-verdiana ter sido secundarizada ao longo da história, vem resistindo e conquistando seu espaço por meio de políticas públicas educacionais, mesmo que ainda de forma modesta.

Palavras-chave: Línguas Crioula Cabo-Verdiana e Portuguesa. Cabo Verde. Sistema de Ensino. Resistência.

Introdução

Este artigo apresenta resultados de uma investigação qualitativa (BOGDAN E BIKLEN, 1994), realizada entre 2016 e 2018, por meio de pesquisa documental, conforme Cellard (2016, p. 295), considerando sobretudo que os registros escritos “por possibilitar realizar alguns tipos de reconstrução, o documento escrito constitui, portanto, uma fonte preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais”.

Tivemos como propósito compreender como a Língua Crioula cabo-verdiana, considerada a língua materna, vem sendo inserida no sistema educacional de Cabo Verde e a tensão com a Língua Portuguesa, que é a língua oficial do país. Ao longo do texto, discutimos a relação entre ambas as línguas no âmbito da legislação e movimentos políticos educacionais,

¹ Pesquisa realizada com apoio financeiro do CNPq, modalidade: bolsa de pós-graduação.

² Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande - FURG, Rio Grande/RS. Licenciada em Pedagogia pela mesma Universidade. Professora da Rede Municipal da cidade do Rio Grande/RS. Integrante do Grupo de Estudo e pesquisa em Alfabetização e Letramento – GEALI. Email: kellyaguiararruda@gmail.com.

³ Professora no Programa de Pós – Graduação na Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Líder do Grupo de Pesquisa Grupo de Estudo e pesquisa em Alfabetização e Letramento – GEALI. Email: gabynogueira@me.com

considerando o conceito de bilinguismo, com base no trabalho de Grosjean (2008) e no trabalho de Lopes (2011) que utiliza o conceito de diglossia desenvolvido por Fergusson (1971).

Assim, para contextualizar a pesquisa apresentamos dados acerca da constituição de Cabo Verde, cujo processo de colonização e povoamento, deu origem a Língua Crioula cabo-verdiana, ou seja, língua materna e identidade cultural do referido país. Para tal, utilizamos, entre outros autores, Albuquerque e Santos (1991) e Santos (1995, 2002), com a *História Geral de Cabo Verde* – volumes I, II e III além, de dados do trabalho de Barros (1939), com a edição de número 56 dos cadernos coloniais, Lopes Filho (2008), Rodrigues (2010) e Pereira D. (2006).

Na sequência, tratamos dos movimentos políticos educacionais fazendo uso de documentos como a legislação educacional de Cabo Verde e das seguintes fontes bibliográficas: Cardoso (2005), Lima (2007), Veiga (2015) e digitais como Notícias do Norte de Cabo Verde (2017) e a Revista Voa Português (2016).

Na parte final do artigo, apresentamos os resultados da pesquisa, demonstrando que as relações de diglossia estão presentes no cenário cabo-verdiano desde a constituição da língua materna, mantendo-se nos dias atuais.

Cabo Verde e a Língua Crioula Cabo-Verdiana: Constituição e surgimento

Antes de tratar especificamente sobre as tensões e disputas entre a Língua Crioula cabo-verdiana e a Língua Portuguesa, faz-se necessário conhecer, mesmo que brevemente, o contexto de formação inicial do país e o processo de colonização, pois há relação entre as tensões entre as línguas e a origem de Cabo Verde.

Segundo Amaral (1991), o país denominado República de Cabo Verde, é constituído por dez ilhas e algumas ilhotas de origem vulcânica, em sua maioria montanhosas. Está situada na zona tropical do Atlântico Norte, a uma distância aproximada de 450 a 500 km da costa ocidental africana.

De modo geral, as condições climáticas desfavorecem as riquezas naturais e vão constituindo o caráter físico e humano do arquipélago. A temperatura, geralmente acima de 21°C e as chuvas irregulares, geralmente escassas, castigam a vegetação natural e os animais. Neste cenário que a ilha de Cabo Verde foi encontrada durante as navegações portuguesas, entre os anos de 1460 e 1462, por António da Noli e Diogo Gomes e, ao que tudo indica, estava

desabitada. Contudo, não é descartada a hipótese de que o arquipélago já tivesse sido habitado anteriormente à chegada dos portugueses.

As pesquisas de Amaral (1991) e Lopes Filho (2008) sugerem que as primeiras ilhas foram descobertas em 1º de maio de 1460 e, dentre elas, destaca-se a ilha de Santiago⁴, pois lá se deu o início do povoamento que começou em 1462 e, mais tarde, foi elevada ao título de Vila da Ribeira Grande (atual Cidade Velha). Assim que as ilhas foram doadas ao príncipe português D. Fernando, em 1460, iniciou o processo de povoamento por meio da instauração de capitânias⁵. Para tal, D. Fernando, juntamente com alguns criados, António da Noli e alguns casais de uma província de Portugal, partiram em direção a Santiago, constituindo, assim, os primeiros povoadores conhecidos de Cabo Verde. Contudo, o clima não favorecia o trato com a agricultura e a pecuária e, por isso, António da Noli importou negros do continente africano, uma prática normal e aceita em Portugal, mais especificamente de Guiné e da Serra Leoa.

No entanto, para Domingues (1991) e Barros (1939), o povoamento não se deu da forma esperada, pois os possíveis colonos não tinham interesse em um ambiente que não potencializasse a agricultura e a pecuária. Porém, a fim de explorar as terras recebidas, mas sem sucesso em relação a uma “migração espontânea”, após cinco anos, António da Noli percebeu a necessidade de conceder “benefícios” de forma que a migração acontecesse. Reconhecendo o mercantilismo como uma prática comercial muito lucrativa, António da Noli encontrou na posição geográfica do arquipélago a forma de atrair povoadores, ou seja, ao mesmo tempo em que o clima não era um fator que estimulasse o povoamento, a posição geográfica acabava favorecendo o comércio de produtos e escravos, como é possível observar a seguir (Figura 1):

⁴ Na ilha de Santiago está localizada a cidade de Praia, capital de Cabo Verde.

⁵ Segundo Serrão (2016), as capitânias foram as principais formas de organizar, administrar e povoar as terras do império português, no período dos séculos XV e XIX.



Fonte: Google Earth⁶

Figura 1: Cabo Verde – entre continentes

Na imagem da Figura 1, visualizamos Cabo Verde em uma posição geográfica favorável à prática de comércio de escravos, pois está localizado entre os continentes das Américas, Europa e África. De acordo com Amaral (1991), Domingues (1991) e Barros (1939), o arquipélago torna-se um importante local para o exercício de tal prática, especificamente na Ilha de Santiago. A partir do benefício concedido, por intermédio da Carta Régia de 1466, os moradores poderiam ir a diferentes partes da Guiné comercializar escravos, além de isenções fiscais. Tais benefícios foram concedidos para estimular a migração e, por isso, o povoamento de Cabo Verde passa a ser constituído principalmente por brancos europeus (em sua maioria portugueses, mas também vieram espanhóis) e africanos (em sua maioria escravos).

Segundo os autores citados, com um modelo de sociedade europeia e escravocrata, a Ilha de Santiago passou a receber uma quantidade significativa de escravos que vinham de diferentes partes da África e eram destinados, em sua maioria, para o trabalho nas lavouras de algodão; preparados para servirem aos seus donos, prestando serviços domésticos ou ainda exportados para a Europa e América, após a domesticação. Talvez este fator, seja um dos motivos pelos quais grande parte desses escravos permaneciam pouco tempo na Ilha de Santiago.

Amaral (1991), Domingues (1991) e Barros (1939) destacam ainda que, juntamente com os escravos oriundos da costa ocidental da África, vieram as diferentes línguas africanas. Da mesma forma, aconteceu com os portugueses que, vindos de diferentes regiões de Portugal e

⁶ Informações sobre a Figura 1 podem ser encontradas no seguinte link: <
<https://www.google.com/maps/@13.5595163,-4.4096595,3z/data=!3m1!1e3>>.

das ilhas próximas, possuíam dialetos distintos. Com isso, a comunicação se tornava muito difícil, pois os portugueses pouco se entendiam entre si, devido aos diferentes dialetos e, de igual modo, acontecia com os africanos que, por possuírem também línguas distintas e na maioria das vezes, não se entendiam. Em se tratando da comunicação entre europeus e africanos, a situação era ainda pior, contudo, o diálogo era necessário. A partir disso, surge, então, outra possibilidade de comunicação, abrindo espaço para o surgimento da Língua Crioula cabo-verdiana. Sobre o significado do termo crioulo, Pereira (2006, p. 19-20) destaca que:

“Crioulo” é uma palavra derivada de “cria” (significando “pequena cria”, “pequeno animal de mama”) e foi, segundo alguns autores, usada originalmente para designar os animais domésticos nascidos na casa dos seus donos. Só posteriormente o termo passou a aplicar-se também aos indivíduos que, de algum modo, estavam ligados às terras descobertas ou colonizadas pelos europeus, embora o seu significado fosse muito variável, referindo-se tanto à mistura de sangue quanto à naturalidade. [...] O termo crioulo era assim usado para designar que os escravos, desde os finais do século XV, se criavam nas terras descobertas e ocupadas pelos portugueses (Cabo Verde foi o primeiro arquipélago africano a ser encontrado), tendo-se estendido a todos os naturais dessas terras, nelas nascidos. Também na Ásia, “crioulos” eram os naturais da terra, filhos de pais europeus, por oposição aos “reinóis”, nascidos no Reino.

Segundo o Projecto Diversidade Linguística na Escola Portuguesa (2007), a denominação “crioulo” possui em sua origem um caráter histórico e linguístico. Além de ser destinado aos escravos criados em Cabo Verde, o termo crioulo acabou sendo utilizado para se referir às pessoas que nasceram no arquipélago e às línguas que ali eram faladas. Além disso, o referido Projecto (2007), acrescenta que:

Diz-se, ainda, que uma língua é um crioulo quando surge em condições sociolinguísticas muito especiais que obrigam à coexistência, numa comunidade relativamente estável, de falantes de línguas maternas diferentes que não se entendem mutuamente, mas que para sobreviverem, necessitam urgentemente de comunicar. Nestas condições, a língua adoptada pela comunidade é, por razões sociais, a do grupo dominante que em geral é muito inferior, em número, ao dos falantes das outras línguas maternas (PROJECTO DIVERSIDADE LINGUÍSTICA NA ESCOLA PORTUGUESA. 2007, p. 1).

Rodrigues (2010) confirma que a origem da Língua Crioula cabo-verdiana está associada à busca pela sobrevivência dos escravos que, por virem de diferentes partes da África e não falarem a mesma língua, precisavam estabelecer uma comunicação na busca pela resistência como grupo. Contudo, havia também a necessidade de comunicação com os portugueses e, dessa maneira, surge a Língua Crioula cabo-verdiana. Além disso, o pequeno número de europeus, se comparado ao grande número de escravos e à falta de escolarização

dos portugueses, dificultaram a imposição da Língua Portuguesa e contribuíram para o nascimento do crioulo, aliado ao tempo de permanência dos escravos na ilha, que era pequeno, e à diversidade linguística entre eles próprios.

Assim, segundo Rodrigues (2010), na tentativa de comunicação, os africanos reproduziam da maneira como compreendiam a Língua Portuguesa, mas essa se dava de maneira distorcida, pois os mesmos não falavam corretamente. A intenção dos portugueses, porém, não era corrigi-los ou ensiná-los a falarem a Língua Portuguesa, e sim efetivar a comunicação, a fim de que realizassem o trabalho determinado pelos seus donos. Portanto, aceitavam a forma como os africanos se comunicavam e passaram a fazer o mesmo, com a finalidade de se compreenderem mutuamente. Segundo Veiga (2015, p. 179):

Foi o nível zero das línguas em contacto, no chão da ilha de Santiago, primeiro, e, logo depois, nos rincões da ilha do vulcão. Nessa fase inicial, não havia, para os negros estantes ou flutuantes, nenhuma identidade linguística social, como também não havia ainda nenhuma identidade nem cultural e nem antropológica comunitária. Havia, sim, mais bocados de história, pedaços de cultura e manifestações idiolectais do que uma comunidade antropológica e linguística coesa.

Ancorada na Língua Portuguesa nasce, então, a Língua Crioula cabo-verdiana. Rodrigues (2010, p. 27) acrescenta que, de acordo com pesquisadores, a Língua Crioula cabo-verdiana é originária de um pidgin, independente da língua-base, isto é, “um sistema de comunicação rudimentar”, praticado por pessoas que necessitam se comunicar, mas que falam línguas distintas.

Diante do contexto de formação de Cabo Verde, descrito até então, surge a Língua Crioula cabo-verdiana. Cabe destacar, contudo, que essa língua é diferente entre ilhas do arquipélago, pois há um distanciamento entre elas que as mantém isoladas, resultando, assim, em variações regionais (rurais e urbanas), uma vez que em cada ilha é falado um tipo de crioulo. Mas, independentemente dessa diferença dialetal de cada ilha, a Língua Crioula cabo-verdiana é considerada a língua materna de Cabo Verde e falada por quase toda a população. De acordo com o Projecto Diversidade Linguística na Escola Portuguesa (2007, p. 3),

Durante séculos, embora em vão, como se pode ver pela vitalidade actual do Cabo-verdiano, os governos portugueses tentaram erradicar o Crioulo e substituí-lo pela sua língua. Para muitos, o Crioulo era uma forma de falar desregrada, sem gramática, “incapaz de transmitir ideias abstractas”, que, por isso, não se podia descrever, nem estudar, nem ensinar nas escolas. Chegou mesmo a ser proibido nos locais públicos.

Nesse sentido, de acordo com Pereira D. (2006), essa repressão linguística realizada pelo governo português trouxe consequências para a Língua Crioula cabo-verdiana, pois, por muito tempo, a população do arquipélago entendeu que falavam a Língua Portuguesa de forma errada, sem gramática conforme excerto anterior. Sendo assim, a Língua Crioula cabo-verdiana não era reconhecida como uma língua, e sim como uma variação ou distorção da Língua Portuguesa, e portanto, falar essa variação seria algo desprestigiado, desvalorizado e até mesmo menosprezado.

Segundo Pereira D. (2006, p. 40), tamanha repressão resultou que “em 1921, o governo local emitiu uma portaria⁷ proibindo o uso do crioulo em todas as repartições públicas, sob pena de aplicação de sanções disciplinares a quem não a cumprisse”. Nesse sentido, a Língua Crioula cabo-verdiana passa a ser usada apenas no espaço familiar e em outros contextos não formais, diferentemente da Língua Portuguesa, que era a língua oficial. Em relação à Língua Portuguesa, o Projecto Diversidade Linguística na Escola Portuguesa (2007, p. 3) acrescenta que esta

[...] era a língua de ensino e da vida pública, única língua de acesso à literatura e aos bens sociais. No entanto, essas barreiras acabavam por ser artificiais, pois, na prática, eram muito poucos os cabo-verdianos que tinham acesso à escola ou que tinham oportunidades de adquirir uma variedade do Português e de a falar. Alguns, por outro lado, tentavam alterar o seu Crioulo, de modo a torná-lo o mais parecido possível com o Português que sabiam. Criaram-se, assim, variedades de Crioulo.

O excerto anterior deixa claro que, mesmo com as tentativas de acabar com o uso da língua materna, no cotidiano dos cabo-verdianos a comunicação acontecia na Língua Crioula cabo-verdiana. Contudo, a necessidade de comunicação resultou em uma mistura de termos portugueses e africanos que, com resistência ou imposição, deram origem ao que hoje conhecemos por Língua Crioula cabo-verdiana, utilizada por quase todos os falantes de Cabo Verde.

Para Semedo, Martins e Gomes (2015), atualmente a Língua Crioula cabo-verdiana é falada diariamente entre os cabo-verdianos que moram no arquipélago e os que estão fora do país, pois é reconhecida como língua materna, ensinada oralmente desde a infância e utilizada no cotidiano de Cabo Verde, dividindo ou disputando espaço com a Língua Portuguesa, decretada como língua oficial, utilizada em situações formais e ensinada nas instituições de ensino.

⁷ A fonte consultada não faz referência ao número da portaria.

A relação, existente entre as línguas Portuguesa e Crioula cabo-verdiana, pode ser observada nas relações de diglossia e bilinguismo. Tais temáticas promovem discussões ferrenhas entre vários pesquisadores devido à divergência acerca da relação estabelecida entre as línguas Portuguesa e Crioula cabo-verdiana, pois enquanto alguns autores defendem que a relação estabelecida em Cabo Verde é de bilinguismo, outros consideram que a situação estabelecida no país é de diglossia.

Grosjean (2008) conceitua como bilíngue o indivíduo que faz uso de, pelo menos, duas línguas em seu cotidiano e argumenta que a aquisição das línguas por pessoa bilíngue se dá em momentos distintos da vida, assim como uma das línguas é melhor falada se comparada à outra, sendo que “[...] muitos leem ou escrevem em apenas uma das línguas que falam. Além disso, poucos bilíngues são capazes de interpretar ou traduzir proficientemente” (GROSJEAN, 2008, p. 164).

Nessa perspectiva, são bilíngues as pessoas que podem ou não ler e escrever as línguas Crioula cabo-verdiana e Portuguesa; contudo, podem se comunicar em ambas as línguas, ou seja, utilizam, “pelo menos uma das habilidades linguísticas (leitura, escrita, fala, audição)” (GROSJEAN, 2008, p. 164). O autor argumenta ainda que, o bilinguismo pode ser percebido como um fenômeno comum, em países que utilizam mais de uma língua, visto que o falante não precisa ser fluente nas duas línguas.

Em relação à diglossia, foi a partir de Fergusson (1971 apud LOPES A., 2011 p. 36) que o conceito ganhou destaque. Para o referido autor, uma relação diglósica é estabelecida quando em uma comunidade existem duas línguas nas quais uma exerce superioridade sócio-política sobre a outra e esclarece que essa relação ultrapassa as questões gramaticais e de padronização, sendo identificada, também, na função social atribuída às línguas, ou seja, a valorização de uma em relação à inferioridade de outra, a forma como é adquirida, seu uso em literaturas e em contextos específicos.

Perante esses dois conceitos, bem como as políticas educacionais de Cabo Verde, podemos dizer que a história educacional cabo-verdiana é uma herança do colonizador e suas reformas educacionais são o resultado de tensões e embates de um povo que quer ter reconhecida sua língua materna como língua oficial, passando de uma diglossia para um bilinguismo. Dessa forma, as políticas públicas educacionais trazem, ao longo do tempo, modificações que vão inserindo, mesmo que de forma um tanto tímida, a Língua Crioula cabo-verdiana, que vai ganhando espaço no contexto educacional.

Entendemos que a conquista constitucional apresentada nesta seção, foi possível após a Independência do país que, ao reforçar a identidade cabo-verdiana, em suas políticas públicas, fomentou a utilização da língua materna, de maneira a ultrapassar seu uso, em suas diferentes modalidades, em espaços informais, chegando, assim, ao contexto educacional.

As línguas materna e oficial: mudanças na educação

A discussão sobre a coexistência das línguas Crioula cabo-verdiana e Portuguesa em Cabo Verde ao longo da história é pautada na legislação educacional de Cabo Verde e as seguintes fontes bibliográficas: Cardoso (2005), Lima (2007), Veiga (2015) e digitais como Notícias do Norte de Cabo Verde (2017) e a Revista Voa Português (2016).

Ao lermos a Resolução nº 48, de 14 de novembro de 2005, focamos nos aspectos pertinentes ao ensino da Língua Crioula cabo-verdiana, visto que a Língua Portuguesa é oficializada constitucionalmente e legitimada no sistema educacional. Ao considerar a valorização da Língua Crioula cabo-verdiana, a referida Resolução toma para si, formalmente, a construção de um bilinguismo⁸ no país (CABO VERDE, Resolução nº 48, 2005).

Desse modo, é possível perceber na legislação, o reconhecimento de duas línguas, visando à oficialização da língua materna. Consideramos pertinente mencionar o 1º Colóquio Linguístico sobre a Língua Crioula cabo-Verdiana, realizado em 1979 – anterior à resolução supracitada – que, quatro anos após a independência, já demonstrava a intenção de valorizar a Língua cabo-verdiana no país, propondo, além de um alfabeto, outras questões, conforme destaca Lima (2007, p. 77):

- a realização de estudos necessários com vista à introdução do crioulo no ensino;
- a elaboração de gramáticas (nomeadamente, de gramáticas do crioulo escritas em crioulo), de um dicionário, de silabários, etc.;
- a introdução do crioulo como matéria de estudo nas escolas de Formação de Professores;
- a adopção de uma metodologia de ensino do português que permita a utilização correcta desta língua;
- o incentivo ao uso e à prática do crioulo como língua de produção literária;
- o incentivo à recolha e ao estudo da tradição oral como meio e forma de conhecimento da língua e da cultura cabo-verdianas;
- a introdução do crioulo nos *mass-média*, sobretudo na rádio e nos jornais;
- e a longo prazo:
- a introdução do crioulo na vida administrativa, económica, social e política do país;

⁸ O termo “bilinguismo”, presente nos documentos oficiais de Cabo Verde, como a Resolução 48/2005, é considerado como a inclusão da Língua Crioula cabo-verdiana com vistas a uma futura oficialização da língua, pois nesta investigação compreendo o bilinguismo como situação sociolinguística já estabelecida em Cabo Verde.

- o acesso do crioulo ao estatuto de língua oficial e a definição política do seu papel face ao estatuto e ao papel da língua portuguesa no país.

Pelas propostas destacadas no excerto acima, percebemos que, em 1979, havia o entendimento acerca da necessidade de estudos mais aprofundados da Língua Crioula, visando a elaboração de um alfabeto, de uma gramática específica, do reconhecimento de uma produção literária e do status de uma matéria de estudo na formação de professores, o que modificaria a dimensão da história da educação em Cabo Verde. Além disso, o excerto indica a necessidade de que a Língua Crioula cabo-verdiana se efetivasse na vida administrativa, econômica, social e política do país, o que atenderia aos critérios necessários de uma língua oficial alterando efetivamente as tensões entre ambas as línguas e a hegemonia entre elas.

Nesse sentido, ao que tudo indica, a pesquisa foi o mote inicial em prol da oficialização da língua materna. Contudo, os resultados obtidos no referido evento não foram suficientes para conquistar o reconhecimento do governo, ou seja, mesmo tendo sido realizada uma discussão sobre o tema, que resultou em recomendações e propostas, ainda não se observava, naquela época, avanços em relação à regulamentação oficial. Ainda assim, independentemente da aprovação, o alfabeto passou a ser utilizado, embora sua adesão não tenha sido unânime.

Passados dez anos do 1º Colóquio, foi realizado o Fórum Internacional de Alfabetização Bilíngue, evento ocorrido em 1989, momento no qual foi recomendada a atualização do alfabeto construído em 1979, a partir da verificação de sua desatualização em relação às “[...] práticas de escrita com incidência no alfabeto de base portuguesa, praticada em Cabo Verde [...]” (VEIGA, 2015, p. 183). Em 1994, foi criada a Comissão de Padronização, segundo a qual: “[...] sob as bases de um novo sistema de escrita, o alfabeto de 79 viria a ceder lugar ao Alfabeto Unificado para a Escrita do Caboverdiano, o ALUPEC, proposto por esse Grupo em 1994, e que viria ser aprovado, a título experimental, em 1998” (VEIGA, 2015, p. 183-184).

O Decreto que aprovou o Alfabeto Unificado Para a Escrita do Crioulo Cabo-Verdiano – ALUPEC, foi da Lei nº 67, de 31 de dezembro de 1998 e, segundo consta no documento, “A padronização do ALUPEC não significa a existência de uma escrita unificada [...]” (CABO VERDE, Lei nº 67, 1998, p. 5). De fato, o governo reconhecia, por meio do referido Decreto, a relação de diglossia entre as línguas Crioula cabo-verdiana e Portuguesa, visto que “apresentam estatutos e funções diferenciadas” (Id.; p. 18). Essa afirmação pode ser observada a seguir:

[...] o Português é língua oficial e internacional e o Cabo-Verdiano (ou o Crioulo) é língua nacional e materna. Ao primeiro estão reservadas as funções de comunicação

formal: administração, ensino, literatura, justiça, mass-mídia. Ao segundo, pelo seu lado, estão reservadas as funções de comunicação informal, particularmente o domínio da oralidade (CABO VERDE, 1998, p. 18).

Consta ainda no documento, o entendimento de que a Língua Crioula cabo-verdiana é utilizada no contexto diário e percebida como parte da cultura do país. Porém, para que essa língua seja aceita no âmbito das formalidades, precisaria ser padronizada, facilitando a escrita e estimulando sua utilização, aspecto que já havia sido indicado como necessário no 1º Colóquio Linguístico sobre a Língua Crioula cabo-verdiana. Desse modo, há muitas questões que ainda precisam ser revistas na gramática da língua. A aplicação do ALUPEC passou por um período experimental e, embora receba muitas críticas, consta na Constituição, de acordo com a Resolução nº 8, de 1998, que “Será valorizado, progressivamente, o Crioulo cabo-verdiano como língua de ensino” (CABO VERDE, Resolução nº 8, 2005, p. 1242).

A relação de um povo com a língua é uma das temáticas investigadas por Petit (2008). Em uma de suas publicações, a referida autora faz referência ao escritor Patrick Chamoiseau (1994), como exemplo da relação vivida entre a língua e a escola na infância. O escritor expressa de forma bastante explícita o sentimento de quem vivência o processo de hegemonia e sobreposição de uma língua em relação a outra no contexto escolar. Em suas palavras:

No começo do ensino fundamental terá um aprendizado que engessa seu corpo, seu espírito e sua língua. E a imposição de uma língua estrangeira — [...] a língua do colonizador — sobre o crioulo, que era sua expressão nativa.^[11]As crianças aprendem a se vigiar, a extirpar de suas bocas qualquer expressão crioula, a corrigir suas pronúncias, a se afastar do falar de suas mães (CHAMOISEAU, 1994 apud PETIT, 2008, p. 35).

Neste excerto, fica claro que ao entrar na escola e se deparar com a obrigatoriedade da Língua Portuguesa, a criança vai sendo silenciada em sua fala, em seu corpo e em sua cultura. Vai aprendendo que o que ela é e sabe precisa ser substituído e, desse modo, a escola vai inculcando na criança a cultura colonizadora. Assim, a Língua Crioula vai, aos poucos, deixando de ser usada, perdendo seu valor frente à língua oficial. Contudo, Chamoiseau (1994) apresenta uma possibilidade de oposição a esse movimento, uma vez que:

[...] do momento em que se é prisioneiro do traçado das letras do outro, preso no grilhão de uma língua ou de uma cultura colonial, até o momento em que a escrita do outro, pouco a pouco, lhe dá um espaço e lhe permite ocupar um lugar na língua, encontrando aí suas próprias palavras, seu próprio modo de dizer ou escrever (CHAMOISEAU 1994 apud PETIT, 2008, p. 36).

Nesse sentido, o aprendizado escolar imposto aos cabo-verdianos é utilizado como ferramenta para que ele, de alguma forma, faça uso de sua língua materna. Às práticas como esta, Chamoiseau, Bernabé e Confiant (1990, p. 5) denominam de “reaprender a olhar positivamente o que palpita à nossa volta”, o que certamente o povo cabo-verdiano já vem realizando. Conforme Chamoiseau, Bernabé e Confiant (1990), pensar a partir dessa perspectiva significa compreender que:

[...] nos proclamamos Crioulos. Isso será para nós uma atitude interior, ou melhor: uma vigilância, ou melhor ainda, uma espécie de invólucro mental em cujo interior se construirá nosso mundo em plena consciência do mundo. Essas palavras que vos transmitimos não são do domínio da teoria, nem de princípios eruditos. Sintonizem-se com o testemunho. Procedem de uma experiência estéril que tivemos antes de nos dedicarmos a recuperar nosso potencial criativo e ativar a expressão do que somos (CHAMOISEAU, BERNABÉ E CONFIANT, 1990, p. 1).

Negligenciar a visão crioula apontada pelos referidos autores é acolher a educação herdada pelos europeus e aceitar a Língua Crioula cabo-verdiana como uma língua desprestigiada. Contudo, a constituição cultural de Cabo Verde foi construída a partir da identidade cultural europeia e africana, ou seja, de uma intersecção entre etnias, valores e culturas. Silenciar a cultura cabo-verdiana é o mesmo que tentar apagar a identidade do país.

Retomando a Resolução nº 48, de 2005, destacamos algumas contribuições para a aprovação da estratégia de valorização da língua materna, sendo “o Fórum sobre Os Caminhos da Valorização da Língua Caboverdiana de 2002 e a consulta em 2005, junto de Instituições e personalidades no País e na Diáspora [...]” (CABO VERDE, Resolução nº 48, 2005, p. 1242). Contudo, sobre os dois últimos eventos recém citados, não foram encontradas referências que possibilitassem aprofundar a discussão.

A referida Resolução destaca ainda que “[...] não é possível a construção de um “bilinguismo assumido” se não houver uma paridade real e progressiva, a nível de estatutos, de ensino e de utilização das duas línguas” (Ibid.; p. 1242). Em 1999, durante a revisão da Constituição, a Assembleia Nacional abordou a promoção, preservação e valorização da língua materna e cultura cabo-verdiana, no Artigo 7º, como dever do Estado. E no Artigo 9º, o qual referencia o mesmo com o tema “Línguas Oficiais”, destacando que:

1. É língua oficial o Português.
2. O Estado promove as condições para a oficialização da língua materna cabo-verdiana, em paridade com a língua portuguesa.
3. Todos os cidadãos nacionais têm o dever de conhecer as línguas oficiais e o direito de usá-las (CABO VERDE, Lei nº 1/V, 1999, p. 5).

Embora estratégias venham sendo desenvolvidas para possibilitar a legitimação da língua materna, percebemos, em meados do século XXI, a diglossia presente na constituição cabo-verdiana. Destacamos que o item 2 da constituição ressalta que promove condições para oficializar a Língua Crioula, sem esclarecer, no entanto, quais seriam essas condições. Porém, observando a Resolução nº 48 de 2005, percebemos, por parte do governo, ações mais pontuais em relação à referida língua, dispostas como “Estratégias de afirmação e valorização da língua caboverdiana” (CABO VERDE, Resolução nº 48, 2005, p. 1243), as quais são dispostas a seguir:

1. As instituições de ensino superior públicas e as escolas públicas de formação de professores devem incluir a disciplina de Língua caboverdiana, de forma autônoma e ensinada como matéria.
3. O Instituto Superior da Educação (ISE) deve concluir, no decurso de 2006, o processo de criação do Centro de Língua e Cultura Caboverdianas, com o objectivo prioritário de proceder ao estudo científico da língua e da cultura caboverdianas.
4. De igual nodo, o Departamento governamental responsável pela área da investigação cultural continuará a aprofundar os estudos gramaticais, lexicográficos e sociolinguísticos da língua caboverdiana.

A partir do excerto acima, é possível identificar um avanço em relação a expansão da Língua Crioula cabo-verdiana no contexto educacional, especialmente na indução da criação de uma disciplina para que a língua seja ensinada como matéria escolar. A criação de um Centro de Língua e Cultura Cabo-verdianas que fomente o estudo e a pesquisa sobre as especificidades da língua buscando a cientificidade.

Além disso, a inclusão desta língua como disciplina na formação de professores no ensino superior, demonstra a intenção de instrumentalizar os profissionais para a alfabetizar em Língua Crioula cabo-verdiana no Ensino Básico e Ensino de Adultos. Percebemos, por meio desta Resolução, indícios por parte do governo para a inclusão da Língua Crioula cabo-verdiana na educação. Outra ação realizada foi a institucionalização do ALUPEC, como o alfabeto cabo-verdiano, em 23 de janeiro de 2009. O ato foi publicado na página oficial do governo de Cabo Verde e justifica a ação:

[...] pelo seu carácter útil e cultural e pelo seu valor cultural e social. Contudo, e conforme fez questão de frisar a Porta-Voz do Conselho de Ministros, a institucionalização do ALUPEC não prejudica a utilização, pelos cabo-verdianos que

dele façam uso, da variante utilizada em uma das ilhas de Cabo Verde (CABO VERDE, 2009, s/p.)⁹.

Embora o ALUPEC receba muitas críticas, ao que tudo indica, houve um comprometimento com os cabo-verdianos das diferentes ilhas acerca das variantes linguísticas existentes, questão que, por muito tempo, inviabilizou o reconhecimento do ALUPEC como alfabeto, visto a variação linguística decorrente nas ilhas.

Após oficialização do ALUPEC como alfabeto cabo-verdiano, o Decreto-Legislativo nº 2, de 7 de maio de 2010, define objetivos para a política educativa. Dentre eles, destacamos o seguinte item: “h) Aprofundar o conhecimento e a afirmação da escrita da língua nacional cabo-verdiana, enquanto primeira língua de comunicação oral, visando sua utilização oficial a par da língua portuguesa (CABO VERDE, 2010, p. 5).

Nesse sentido, o passo seguinte à oficialização do alfabeto é sua apropriação, a fim de que a Língua Crioula cabo-verdiana se consolide na forma escrita e, assim, seja reconhecida constitucionalmente. No entanto, foi em 2015, mais especificamente a partir da aprovação da Resolução nº 32, de 15 de abril, no Artigo 3º, que algumas medidas foram validadas acerca da afirmação e valorização da Língua Crioula cabo-verdiana. Dessas, destacamos a primeira medida anunciada: “Apoio e incentivo a estudos e experiências, visando a introdução do ensino da e na língua materna no sistema de ensino, do pré-escolar ao superior, bem como a institucionalização de um modelo de ensino bilíngue mais adequado ao contexto do país” (CABO VERDE, 2015, p. 817).

Com essa medida, compreendemos que, somente em 2010, o governo introduziu, de forma explícita, a afirmação da língua crioula cabo-verdiana na modalidade escrita, simultaneamente à língua portuguesa, no contexto escolar e, em 2015, foram anunciadas as medidas que tornaram a inserção da Língua Crioula cabo-verdiana possível.

Nessa perspectiva, apresentamos o Projeto Piloto de Educação Bilingue, coordenado pela Professora Ana Josefa Cardoso (2005), que visa colaborar para a inclusão da Língua Crioula cabo-verdiana, o qual foi desenvolvido no âmbito de seu doutorado e instituído pelo Ministério da Educação e Desporto de Cabo Verde, com implementação nos primeiros anos do Ensino Básico.

⁹ Essa informação encontra-se no site oficial do governo de Cabo Verde. Disponível em: <<https://governo.cv/index.php/rss/1250-governo-institucionaliza-alupec-como-alfabeto-cabo-verdiano-v15-1250>>.

Cabe destacar que, segundo o portal de Notícias do Norte de Cabo Verde (2017, s/n), a coordenadora do projeto, intitulado “Si ka fila tudu, ta fila un pónta¹⁰ – uma experiência de Educação Bilingue” afirma que está “mais que provado” que o ensino da Língua Crioula cabo-verdiana contribui no processo de aquisição de outra língua. Além disso, embora o projeto esteja sendo desenvolvido com crianças do 1º ano, foi aprovado seu desenvolvimento até o 6º ano da Educação Básica.

De acordo com o referido portal, o projeto teve início na Ilha de Santiago, mais especificamente em uma escola na cidade de Praia e uma em Flamengos, no ano letivo de 2013, cujo término se dá em 2014. Como apresentou bons resultados, o projeto teve continuidade no ano letivo de 2014/2015, em mais duas escolas e, no ano seguinte, em mais duas escolas, totalizando seis.

Ana Josefa Cardoso sublinhou que a principal motivação do projecto foi a situação linguística que se vive em Cabo Verde e a evidência de que o ensino monolíngue, apenas em português, “não tem dado provas de eficácia suficiente” **para que os alunos tenham um bom desempenho na língua portuguesa** que, por sua vez, também veicula as aprendizagens de todas as áreas curriculares (NOTÍCIAS DO NORTE DE CABO VERDE, 2017, s/n, grifos dos autores).

Embora promover a valorização da Língua Crioula cabo-verdiana seja uma estratégia significativa para dirimir as relações de diglossia, questão ainda presente no país e impulsionadora do projeto apresentado por Ana Josefa Cardoso, é necessário refletir sobre o trecho em destaque no excerto anterior que visa à potencialização do ensino da Língua Portuguesa. O discurso da Ministra da Educação Maritza Rosabal indica que o mote do projeto seria promover o aprendizado mais eficaz da Língua Portuguesa e não a valorização da língua materna, conforme sua declaração: “com esta iniciativa, o Executivo pretende fortalecer a Língua Portuguesa no país”. Teixeira (2016) esclarece que:

A língua portuguesa é abordada como língua primeira de Cabo Verde, quando não é. Temos uma eficácia do sistema muito baixa, em que apenas 44 por cento das crianças que começam o primeiro ano finalizam o 12º em tempo” [...] “duplicidade linguística afecta o processo”, porque **“a nossa língua materna é o crioulo, mas como língua instrumental de trabalho e de comunicação temos que fortalecer a língua portuguesa** (TEIXEIRA, 2016, s/n, grifo da autora)¹¹.

¹⁰ Traduzido por Juilson Paiva, “Si ka fila tudu, ta fila un pónta” significa: “Se tudo não der certo, um pouco dará”.

¹¹ Reportagem publicada em 07 de dezembro de 2016, por Eugênio Teixeira no site Voa Português sobre medida que entra em vigor no próximo ano letivo e visa melhorar a aprendizagem da Língua Portuguesa em Cabo Verde.

O excerto anterior demonstra o antagonismo da situação, ou seja, o governo defende a inserção da Língua Crioula cabo-verdiana no sistema educacional, ressaltando a importância da valorização da língua materna e ao mesmo tempo reconhece que a Língua Portuguesa é a que possibilita a ampliação do trabalho e a comunicação com outras nacionalidades, caso contrário o país ficaria isolado em si mesmo. No entanto, outra perspectiva é possível, uma vez que essa experimentação possibilita, ao conformar sua eficácia, a oficialização e a valorização da Língua Crioula cabo-verdiana. Nesse sentido, a diglossia possivelmente arrefeceria o uso da língua materna e o bilinguismo passaria a ser uma realidade.

Considerações Finais

Neste artigo tivemos como objetivo compreender como a Língua Crioula cabo-verdiana, considerada a língua materna, vem sendo inserida no sistema educacional de Cabo Verde e a tensão com a Língua Portuguesa, que é a língua oficial do país.

Para tanto, apresentamos inicialmente a reflexão sobre a constituição e o surgimento de Cabo Verde e sua língua materna, o Crioulo cabo-verdiano. A partir das fontes, apresentadas ao longo do texto, foi possível evidenciar que os primeiros movimentos em direção à Língua Crioula cabo-verdiana datam de 1979, ou seja, quatro anos após a independência do país. Nesse período, percebemos o início de algumas ações que buscam alavancar a Língua Crioula cabo-verdiana na modalidade escrita, uma vez que já era assumida como língua oral.

Após discussões e propostas, por meio de colóquio e fóruns, algumas ações começam a surgir, entre elas, a criação do Alfabeto Unificado Para a Escrita do Crioulo cabo-verdiano (ALUPEC), aprovado em caráter experimental em 1998 e aprovado oficialmente em 2009. As Resoluções e Decretos apresentados e analisados ao longo do texto demonstram que em 2005, foram legitimadas a afirmação e a valorização da Língua Crioula cabo-verdiana. Em 2015, foram anunciadas medidas que tornam a inserção da língua materna possível.

Ainda neste período, outra ação foi implementada em regime experimental. Trata-se do Projeto Piloto de Ensino Bilíngue, coordenado por Cardoso (2005), ainda em processo de avaliação. Com isso, identificamos que a primeira mudança concreta, ocorrida para o ensino das línguas Crioula cabo-verdiana e Portuguesa, nos primeiros anos do Ensino Básico, teve início no ano de 2015, com a Resolução que define estratégias para que a língua materna seja inserida no sistema de ensino (CABO VERDE, Resolução n.º 32/2015).

A segunda e última mudança, trata-se de uma das estratégias da lei citada acima, para a afirmação da língua materna. Corresponde ao Projeto Bilingue também mencionado anteriormente, que surge como tentativa de introduzir a Língua Crioula cabo-verdiana no sistema de ensino, e começa pelos primeiros anos do Ensino Básico.

Nesse sentido, percebemos as medidas anteriores a 2015 como movimentos construtores das bases que possibilitam a inserção da língua materna em paridade com a Língua Portuguesa no sistema de ensino. Nesse sentido, os movimentos ocorridos na Língua Crioula cabo-verdiana e que estão imbricados na educação demonstram uma sequência.

Ou seja, primeiramente por pressão da população e da comunidade acadêmica houve a intenção de valorizar a língua materna e torná-la oficial. Para tanto, houve a necessidade de inseri-la no sistema educacional e de um alfabeto e profissionais capazes de alfabetizar. Então, surge a disciplina em nível superior e, em seguida, um projeto experimental, ou seja, essas ações foram baseadas em estudos e pesquisas; contudo, há estudiosos que defendem a hipótese de que nada se fez.

Cabe lembrar que Cabo Verde tornou-se independente em 1975, isto é, há apenas 44 anos. Esse recorte temporal permite refletir e ponderar sobre os estudos necessários para desenvolver uma língua e o período para pesquisas, elaboração, aceitação, experimentação, ajustes e oficialização. Salientamos a necessidade de levar em consideração o processo realizado até que a língua seja inserida na educação, pois, desse resultado, depende a oficialização da Língua Crioula cabo-verdiana, sua valorização, a perpetuação de uma língua, a revisão das relações de diglossia e o bilinguismo assumidos no país.

Refletir sobre a situação educacional acerca das línguas significa compreender que a oficialização de uma língua exige além do desejo da população, movimentos de pressão, tensões e embates, muito estudo e pesquisa que sustentem e justifiquem cientificamente a possibilidade de sua oficialização. Ou seja, o movimento que identificamos nesta pesquisa foi inicialmente a vontade da população de um país independente de possuir sua língua materna como oficial e, depois, estratégias e formas de pressão para tal objetivo, a mobilização acadêmica e o investimento em pesquisas que justifiquem com propriedade o status de uma língua, a criação de um alfabeto, instrumentalização de profissionais por meio de curso superior para capacitar os professores para alfabetizar crianças e adultos, período de experimentação e então, por fim a inserção da língua no sistema de ensino, caso não sejam necessários outros ajustes.

As reflexões apresentadas ao longo deste texto demonstram, por meio da análise da legislação de Cabo Verde, as tensões e embates de um povo em prol da oficialização de sua língua materna bem como as diferentes etapas desta conquista até chegar a coexistência das línguas Crioula cabo-verdiana e Portuguesa no sistema de ensino cabo-verdiano. Não se trata da imposição da língua do colonizado à língua do colonizador, trata-se da luta de um povo que não aceita o apagamento de sua cultura, de sua identidade, mesmo tendo consciência de que a Língua Portuguesa continuará fazendo-se presente e oficial neste país, até mesmo pela necessidade de sua sobrevivência, expansão e inserção em um mundo globalizado. Com tudo isso, Cabo Verde, país localizado no continente africano, manteve viva sua língua materna, resistindo a 515 anos de colonização europeia e, após mais de 40 anos de independência, o referido país convive em seu cotidiano, mesmo que não seja da forma desejada, com a existência de duas línguas, a oficial e a materna.

TENSIONS AND DISPUTES BETWEEN THE CAPE VERDEAN CREOLE LANGUAGE AND PORTUGUESE SINCE THE CAPE VERDE INDEPENDENCE

Abstract - This article presents data from a research conducted between 2016 and 2018 that aimed at understanding how the Cape Verdean Creole language, as mother tongue, was inserted in the educational system of Cape Verde, and the tension with Portuguese language, the official language of the country. Based on the legislation, the study historically contextualizes the constitution of Cape Verde and the Cape Verdean Creole Language, addressing the relations of diglossia and bilingualism that still exist in the country, as well as the educational political movements for the insertion of the mother tongue in the teaching with a scope to its officialization. The discussion is based on studies on the use of Cape Verdean and Portuguese Creole languages in Cape Verde, namely: General History of Cape Verde (1991) and Barros (1939). Data indicate that although the Cape Verdean Creole language has been seconded throughout history, it is resisting and conquering its space through public educational policies, albeit modestly.

Key words: Languages Cape Verdean Creole and Portuguese. Cape Verde. Education System. Resistance.

Referências

AMARAL, Ilídio do. Cabo Verde: Introdução Geográfica. In: ALBUQUERQUE, Luís de; SANTOS, Maria Emília Madeira (Coord.). **História Geral de Cabo Verde**. Lisboa: ICCP; Praia: INAC, 1991, p. 1-22. Disponível em: <<http://memoria->

africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/HistoriaCV/HGCV-V1&p=1>. Acesso em: 22 abr. 2017.

BARROS, Simão. **Cadernos coloniais: origens da colônia de Cabo Verde**. 56. ed. Lisboa: Cosmos, 1939. Disponível em: <<http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/CadernosColoniais/CadernosColoniais-N56&p=1>>. Acesso em: 10 maio 2017.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação Qualitativa em Educação: uma introdução à Teoria e aos Métodos**. Portugal: Porto, 1994.

CABO VERDE. Assembleia Nacional. Lei n.º 1/V de 23 de novembro de 1999. **Constituição da República de Cabo Verde: 1ª Revisão Ordinária – 1999**. Instituto Estudos Políticos - Luso Fórum para a Democracia. Cabo Verde, 23 nov., 1999. Disponível em: <<http://www.ucp.pt/site/resources/documents/IEP/LusoForum/constituicao%20cape%20verde.pdf>>. Acesso em: 26 ago. 2017.

_____. Decreto-Legislativo n.º 2, de 7 de maio de 2010. Revê as LBSE, aprovadas pela Lei n.º 103/III/90, de 29 de dezembro, na redação dada pela Lei n.º 113/V/99, de 18 de outubro. **Boletim Oficial da República de Cabo Verde**, Praia, Cabo Verde, 07 mai., 2010. Disponível em: <http://www.minedu.gov.cv/index.php?option=com_jdownloads&task=download.send&id=326&catid=3&m=0&Itemid=538>. Acesso em: 26 ago. 2017.

_____. Resolução n.º 32, de 15 de abril de 2015. Revoga a Resolução n.º 48, de 14 de novembro de 2005 e aprova medidas conducentes à afirmação e valorização da língua cabo-verdiana. **Boletim Oficial da República de Cabo Verde**, Praia, Cabo Verde, n. 25, 15 abr. 2015. Disponível em: <<http://alupec.kauberdi.org/>>. Acesso em: 26 ago. 2017.

_____. Resolução n.º 48, de 14 de novembro de 2005. Aprova as medidas conducentes à afirmação e valorização da língua cabo-verdiana. **Boletim Oficial da República de Cabo Verde**, Praia, Cabo Verde, 14 nov., 2005. n. 46. Disponível em: <<http://alupec.kauberdi.org/>>. Acesso em: 26 ago. 2017.

_____. Decreto-Lei n.º 67, de 31 de dezembro de 1998. Aprova, a título experimental, o Alfabeto Unificado para a Escrita da Língua cabo-verdiana. **Boletim Oficial da República de Cabo Verde**, Praia, Cabo Verde, 31 dez., 1998. n. 48. Disponível em: <<http://alupec.kauberdi.org/>>. Acesso em: 26 ago. 2017.

CARDOSO, Ana Josefa Gomes. **As interferências linguísticas do cabo-verdiano no processo de aprendizagem do português**. 2005. 335 f. Dissertação (Mestrado em Relações Interculturais), Universidade Aberta, Lisboa, 2005. Disponível em: <<https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/633/1/LC225.pdf>>. Acesso em: 23 out. 2017.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2016.

CHAMOISEAU, Patrick; BERNABÉ, Jean; CONFIANT, Raphaël. **Elogio da crioulidade**.

Tradução Magdala França Vianna. Paris: Gallimard, 1990.

GROSJEAN, François. Bilingüismo individual. Tradução Heloísa Augusta Brito de Mello e Dilys Karen Rees. 1994. **Revista UFG**, v.5, dez/2008, p. 163-176. Disponível em: <https://www.proec.ufg.br/up/694/o/05_17_Traducao.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2017.

INSTITUTO DE LINGUÍSTICA TEÓRICA E COMPUTACIONAL (ILTEC). **Diversidade linguística na escola portuguesa**. Lisboa: ILTEC, ME, Fundação Calouste Gulbenkian, 2008. Disponível em: <<http://www.iltec.pt/divling/index.html>>. Acesso em: 11 maio 2017.

LIMA, Adelaide Tavares Monteiro. **A língua cabo-verdiana e a política linguística no País – Cabo Verde**. 2007. 101 f. Dissertação (Mestrado em letras neo-latina), Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <<http://www.letras.ufrj.br/pgneolatinas/media/bancoteses/adelaidetavaresmonteiriolimamestrado.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2017.

LOPES, Amália Melo. **As Línguas de Cabo Verde: uma radiografia sociolinguística**. Praia: Edições Uni-CV, 2016.

LOPES FILHO, João. Mestiçagem, emigração e mudança em Cabo Verde. **África: Revista do Centro de Estudos Africanos**. USP, São Paulo, n. 29-30, p. 129-140, 2008/2009/2010. Disponível em: <<http://www.periodicos.usp.br/africa/article/view/96111/95334>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

NOTÍCIAS DO NORTE. Cabo Verde, 23 fev. 2017. Disponível em: <<http://noticiasdonorte.publ.cv/56300/ana-cardoso-nao-podemos-continuar-fingir-nossa-lingua-materna-nao-existe-mante-la-do-sistema-educativo/>>. Acesso em: 12 out. 2017.

PEREIRA, Dulce. **O essencial sobre a Língua Portuguesa: crioulos de base portuguesa**. Lisboa: Caminho S.A., 2006. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/251433658/7-Dulce-Pereira-Linguas-crioulas-de-base-portuguesa-ra-r-pdf>>. Acesso em: 27 ago. 2017.

PETIT, Michèle. **Os jovens e a leitura: uma nova perspectiva**. Tradução Celina Olga de Souza. São Paulo: Editora 34, 2008. Disponível em: <<https://ayrtonbecalle.files.wordpress.com/2015/07/petit-michele-os-jovens-e-a-leitura.pdf>>. Acesso em: 9 maio 2016.

RODRIGUES, Albertino Africano Mendes. **Pensar currículo como um enunciado cultural com foco na Língua Crioula Cabo-Verdiana**. 2010. 124 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.curriculo-uerj.pro.br/imagens/pdfeses/pensar_cur_157.pdf>. Acesso em: 18 set. 2017.

SANTOS, Maria Emília Madeira Santos; SOARES, Maria João. Igreja, Missionaçã o e Sociedade. In: ALBUQUERQUE, Luís de; SANTOS, Maria Emília Madeira (Coord.). **História Geral de Cabo Verde**. Lisboa: ICCP; Praia: INAC, 1995, p. 359-508. Disponível em: <<http://memoria-africa.ua.pt/Library/ShowImage.aspx?q=/HistoriaCV/HGCV-V2&p=1>>. Acesso em: 23 abr. 2017.

SEMEDO, Victor Manuel Eugénia; MARTINS, Aracy Alves; GOMES, Maria Amélia Rodrigues de Carvalho. Caminhos Históricos da Oficialização da Língua Cabo-Verdiana. **Revista Científica das áreas da História, Letras, Educação e Serviço Social**. Centro Universitário de Belo Horizonte, v. 8, n. 2, ago./dez. 2015. Disponível em: <<http://revistas.unibh.br/index.php/dchla/index>>. Acesso em: 24 set. 2017.

STREEET, Brian V. Políticas e Práticas de Letramento na Inglaterra: uma perspectiva de letramentos sociais como base para uma comparação com o Brasil. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 33, n. 89, p. 51-71, jan./abr., 2013. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 12 maio 2016.

TEIXEIRA, Eugênio. Português passa a ser ensinado em Cabo Verde como segunda língua. **Voa Português**. Angola, 7 dez. 2016. Disponível em: <<https://www.voaportugues.com/a/portugues-segunda-lingua-cabo-verde/3626880.html>>. Acesso em 12 out. 2017.

VEIGA, Manuel. Cabo Verde: da Diglossia à Construção do Bilinguismo. **PAPIA**, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 177-187, jul./dez., 2015. Disponível em: <<file:///C:/Users/user/Downloads/2513-5954-1-PB.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2017.

Recebido em: 25/03/2019

Aprovado em: 10/07/2019